

História, Cultura e Representação *

No intuito de ampliar o debate sobre o controverso tema das relações entre História, Cultura e Representação, objeto das linhas de pesquisas desenvolvidas no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, os professores: Evaldo Amaro Vieira (FE-USP), Marcia Mansor D'Alessio (PUC-SP) e Nicolau Sevcenko (FFCH-USP) foram convidados a pronunciarem-se sobre os seguintes enunciados:

1- Hoje a palavra representação é muito utilizada pelos historiadores. Afirma-se mesmo que a própria História é uma representação, eliminando-se a distinção entre História e Historiografia. O que pensa da relação entre História, Representação e Historiografia.

2- A Historiografia contemporânea vem recorrendo a temas ligados ao universo da Cultura. Em que medida esta postura vem influenciando alterações no procedimento metodológico da pesquisa histórica e, no limite, a própria concepção de História como conhecimento.

* Esse tema foi objeto de discussão de uma Mesa Redonda, coordenada pela Profa. Maria de Lourdes Monaco Janotti (PUC-SP) realizada em São Paulo, Campus da USP, como atividade integrante da 44ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, em 1992.

O historiador sabe que não existe superação pelo esquecimento...

*Evaldo Amaro Vieira**

De maneira geral, a palavra “representação” alude a diversos tipos de apreensão de um objeto, efetuada de modo intencional. O que acontece usualmente é a conversão do objeto estudado em agrupamento de representações próprias a determinada época e a determinada sociedade.

As representações elucidam e obliteram esta época e esta sociedade.

Os homens e os grupos humanos dão existência a aparências que genericamente são o aspecto de um objeto, a diferença e a oposição a seu verdadeiro ser. Porém, tais aparências podem revelar a verdade e a evidência do objeto. E não consiste em exagero afirmar que nas aparências já subsiste certo grau de evidência, concedendo-lhes a posição de modalidades da consciência.

Essas representações não estão em correspondência em todos os seus aspectos com o objeto que expressam, mas carregam em si o incontrolável desejo e mesmo o orgulho de fazerem-se de totalidade.

Vale-se aqui de exemplar referência de Antoine Pelletier ao imaginar Atenas, unicamente com o Paternon, sem os escravos e Roma, o consulado sem a ditadura. São imagens formosas e vaidosas da totalidade, não figuram a totalidade, nem são a própria totalidade.

As representações entram na posse de certa linguagem, apossando-se então de certo vocabulário, de certas formulações, de certos modelos de pensamento, que constituem também modelos de frases. As dificuldades de transitar-se das representações à realidade são as dificuldades de transitar-se de certa linguagem à vida dos homens. Em suas relações com a ideologia, é bom notar que as representações exibem simbolicamente os fatos e os interesses, mostrando que a gênese delas se encontra no universo biológico.

Destas sucintas considerações se depreende que a história contém representações, mas não se resume a representações. Na tão conhecida reflexão de Marc Bloch, a história fala “dos homens no tempo” e eles são o seu objeto. A história fala das continuidades e das dizíveis e indizíveis permanências “dos homens no tempo”.

A história parece exprimir o belo nas palavras de Charles Baudelaire: “O belo é feito de um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é excessivamente difícil de determinar, e de um elemento relativo circunstancial, que será, por assim dizer, sucessivamente ou ao mesmo tempo, a época, a moda, a moral, a paixão”. Tratando

* Faculdade de Educação, USP.

o belo, Charles Baudelaire trata também da história: o permanente e o efêmero, o que não tem princípio nem fim e a contingência do momento.

A originalidade certamente está nas marcas que o tempo deixa nas sensações e, no caso da história, está nas marcas que o tempo deixa nas sensações impressas na historiografia. Talvez seja necessário atentar para o fato de que a historiografia significa texto, que o pesquisador da história manifesta-se por palavras.

A historiografia remete-se à história, mas não a toda a história; serve-se das representações, mas não de todas as representações; traz sensações, mas as sensações peculiares a uma época.

O texto historiográfico reveste-se do caráter de construção do poético, à medida que o historiador leva a efeito um ato poético. Alguns textos historiográficos se distinguem dos demais devido à sua qualidade poética; confundindo-se a dimensão científica com a dimensão artística, aliás muito abandonada em nossos dias, e perpetuando-se na leitura de várias gerações. Não é demais recordar Lucien Febvre:

...sem teoria prévia, sem teoria preconcebida, não há trabalho científico possível. (...) a teoria é a própria experiência da ciência. (...) Toda teoria é naturalmente fundada sobre este postulado de que a natureza é explicável. (...) Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos por ele, previamente, em todos os sentidos da palavra "escolhido" (e eles não podem deixar de ser escolhidos por ele) - é uma ajuda técnica. Que pode aliás ser excelente. Mas não é um historiador.

Não existe trabalho do historiador sem teoria e sem teoria da história não se compõe a historiografia. Tomando-se a historiografia por campo de pesquisa: a história, pode-se dizer que não há história sem teoria da história.

Haveria possivelmente uma crônica? É difícil saber: Fernão Lopes, o celebrado cronista português, já coloca no papel de historiador, ou ao menos está de passagem da crônica para a historiografia. Resta investigar o que na verdade é este tipo de estudo, sem teoria da história.

A pesquisa histórica necessita de meios, de critérios, de procedimentos, capazes de proporcionar o alcance de seus objetivos, sendo neste caso imprescindível a teoria da história ou uma outra teoria, fundamento da interpretação.

Hayden White serve para exemplificar. Ele admite a presença de um nível manifesto, o nível da "superfície", representado pelos conceitos teóricos claramente utilizados pelo historiador. E um segundo nível, o da subestrutura "meta-histórica", onde se localiza o ato poético do historiador e onde ocorre a "prefiguração" da história, por intermédio de quatro tropos: a metáfora, a metonímia, a sínecdoque e a ironia.

Claro está que Hayden White recorre à teoria lingüística e particularmente aos estudos da poética para fundar a análise do segundo nível da obra historiográfica, o da subestrutura “meta-histórica”, relacionando o repertório histórico ao exame do seu primeiro nível, o de “superfície”.

Não sucede diferentemente com a cultura: sua investigação reclama uma teoria da cultura, com elementos referidos à organização geral da vida dos homens. É sabido o que fez Raymond Williams sobre isto, diga-se logo um modelo fecundo, sobretudo ao lembrar que não visa apenas a “distinguir os significados das palavras”, mas também a “relacioná-los com suas origens e seus efeitos”.

Como um mundo de representações, a cultura igualmente se volta a elas, mas não se limita a elas.

Declinar tais orientações teóricas da produção historiográfica sugere a experiência com a investigação meticulosa dessas orientações, sem substituí-las mais ou menos precipitadamente pelo ideário do modismo, sob o encantamento da provável novidade. Arredando qualquer propensão para a solução simplória, para a solução simplificadora, as mencionadas orientações rogam por perseverantes, criativos e aprofundados estudos que venham até a sobrelevá-las se for o caso, ao longo do desenvolvimento da historiografia.

Infensas a experiências inconseqüentes e irracionistas, essas orientações teóricas da produção historiográfica aguardam novas obras que as cultivem e as explorem em seus múltiplos ângulos. O historiador sabe que não existe superação por esquecimento.

Referências

- BARRADAS DE CARVALHO, Joaquim. *Da história - Crônica à História - Ciência*. Lisboa, Livros Horizonte, 1972.
- BAUDELAIRE, Charles. “O pintor da vida moderna”. In: CHIAMPI, Irlemer (Coord.). *Fundadores da Modernidade*. São Paulo, Ed. Ática, 1991.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publ. Europa-América, 1965.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris, Armand Colin, 1953.
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologie de Marx*. Paris, Presses Universitaires de France-PUF, 1966.
- PELLETIER, A. “A noção de civilização”. In: PELLETIER, A. e GOBLOT, J.J. *Materialismo histórico e história das civilizações*. Lisboa, Editorial Estampa, 1970.
- WHITE, Hayden. *Meta-História (A imaginação histórica do século XIX)*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade - 1790 / 1950*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1969.

O relativismo dá um novo estilo ao conhecimento na história

Marcia Mansor D'Alessio*

Questões ligadas à cultura vêm ocupando um espaço muito grande nos estudos históricos, mas têm sido, sobretudo, terreno fecundo de produção dos chamados “micro-objetos”, configurando um campo de reflexão que, além de novo, produz importantes modificações nos procedimentos metodológicos praticados nas últimas décadas.

Quais os fatores que teriam reconduzido a cultura ao centro das atenções dos historiadores, trazendo com ela importantes inquietações referentes à metodologia?

Esta reflexão será encaminhada em dois sentidos: no nível do conhecimento, examinando o significado, para estas questões do diálogo atual entre história e antropologia-etnologia e no nível da história vivida, colocando alguns dos acontecimentos da última década como possíveis produtores destas transformações nos estudos históricos.

Quando se pensa a relação história-antropologia, uma das constatações possíveis é a de que pesquisas antropológicas enfatizam a idéia de pluralidade à medida que desvendaram situações humanas sem nenhuma relação com modos de vida conhecidos. Em outras palavras, projetaram um foco de luz mais forte sobre o “estranho” que - uma vez questionado o europocentrismo - passou a ser reconhecido mesmo no interior das culturas ocidentais, quebrando uma certa homogeneização imposta, pelo conhecimento, aos sujeitos sociais.

Além da aceitação do diferente como realidade e como objeto de estudo, a perspectiva antropológica contribuiu para uma mudança no tratamento metodológico dado a esse objeto. O historiador Hans Medick, em artigo publicado na revista *Genèses*¹, faz algumas reflexões interessantes sobre esta problemática. Segundo este autor, o olhar etnológico tem um alcance mais longo à medida que consegue captar fenômenos considerados marginais, revelando uma sensibilidade nova para a especificidade, a diversidade, a estranheza. De outro lado, há nesta postura um questionamento aos enfoques auto-centrados e unilaterais à medida que os pesquisadores não se referenciam em sua própria cultura para analisar o diferente de si próprios, além de descartarem categorias universais “passe-partout” que, quando utilizadas, embaçam

* Departamento de História, PUC-SP.

1. Medick, Hans. *Missionaires en canot*. “Les modes de connaissance ethnologique, un défi à l'histoire sociale?” In: *Genèses*. Paris, n. 1, 1990.

o olhar etnológico, vale dizer, aquele que capta a multiplicidade em toda a sua plenitude.

A discussão em torno da aproximação entre história e antropologia parece estar produzindo, ainda, um novo significado para a palavra cultura. Ao apontar a dificuldade enfrentada pela história social em articular os elementos histórico-culturais com as práticas dos sujeitos na história, Medick mostra que a simples justaposição das duas situações-estrutural e individual exclui a cultura das estruturas sociais, colocando-a como um sistema parcial da sociedade e não como “um fator constitutivo da realidade cotidiana e da mudança nas relações sociais, econômicas e políticas”.²

Estamos vendo, então, que a cultura não é mais vista como um *aspecto* da vida social mas como elemento constitutivo da *trama* tecida pelos sujeitos individuais e da *estruturação* das relações sociais, econômicas e políticas³. Por outro lado, o autor aproxima a noção de cultura da noção de cotidiano, colocando este último como “campo de tensões onde tem lugar a mediação da ação, da experiência, da estrutura e da história”⁴, de onde podemos inferir que o cotidiano é prática cultural ou, invertendo os termos, a cultura é o cotidiano vivido. Há que se destacar também o lugar do cotidiano e da cultura na feitura da história sugerido em toda sua reflexão e explicitado na referência a “expressões culturais” como força motriz da História. Esta linha de reflexão nos autoriza a pensar que o cotidiano, apresentado como estruturante, questiona a idéia de sujeito coletivo, reforçando a idéia de *pluralidade* e pondo em cheque procedimentos metodológicos que unificam situações históricas. Todas estas considerações nos remetem à idéia de *relativismo* no campo dos estudos históricos e, a partir daí, algumas inquietações talvez mereçam ser explicitadas: como trabalhar com o relativismo se pensarmos o conhecimento histórico como resultado do diálogo entre referência teórica-dados empíricos? Mais precisamente: qual a possibilidade de construção de referências conceituais em um momento da história em que o relativismo desponta com certa ênfase?

Por outro lado, a idéia de relativismo dá uma nova estatura ao *acaso*. A partir daí, se pensarmos o *acaso* como elemento constitutivo da história, continua sendo legítimo pensarmos a história-objeto como provida de sentido? Em contrapartida, se negarmos sentido à história, como continuar a trabalhar com referências conceituais?

2. Ibid., p. 27.

3. Uma interessante discussão sobre Cultura e História na Historiografia aparece em artigo de Carl E. Schorske, “L’histoire et l’étude de la culture.” In: *Genèses*. Paris, n. 1, september, 1990.

4. Medick, Hans. “Missionaires en canot. Les modes de connaissance ethnologique, un défi à l’histoire sociale?” In: *Genèses*. Paris, n. 1, p. 38, 1990.

Estas preocupações aparecem, sob várias formas, na reflexão atual de alguns historiadores. O mesmo Hans Medick ao abordá-las diz que o procedimento metodológico do etnólogo é o da “descrição densa”, ou seja, uma reconstrução descritiva abundante, plena, na qual se conserva o novo, o estranho, o desconhecido configurando uma “*démarche*” oposta àquela na qual o diferente é reduzido muito rapidamente ao conhecido e rompendo com a univocidade, a unanimidade e a finalidade de uma abordagem interpretante. Na “descrição densa”, o etnólogo fica muito perto da realidade estudada ao respeitar a interpretação e a auto-explicação da cultura desconhecida. Isto não quer dizer renúncia a uma análise sistemática nem tampouco confusão entre auto-interpretação da cultura desconhecida e leitura do etnólogo mas, simplesmente, abolição do distanciamento radical entre teoria e realidade.

Carl Schorske⁵, discutindo essas problemáticas, vai falar em proliferação de subculturas e conseqüente perda, pela história, de sua função sinótica e produtora de quadros macroscópicos. O autor constrói sua reflexão a partir da relação História-Progresso.

No século XIX, diz ele, quando a idéia de progresso moldava a concepção de Tempo, a diacronia organizava a História. A partir do questionamento dos conservadores europeus ao sistema político construído pela Revolução Francesa, desacreditando aquela situação como um momento de progresso, a diacronia passa a conviver com a sincronia, ou seja, a observação de alguns historiadores desloca-se da evolução dos acontecimentos no tempo para a reconstituição dos vários aspectos da vida das culturas. Poderíamos dizer que a análise se internaliza.

O século XX também tem seu momento forte de decepção com a História após a Segunda Guerra Mundial, quando há, então, uma tendência da historiografia norte-americana em captar o deslizamento da diacronia para a sincronia ocorrido no século XIX, o que tem uma conseqüência na configuração do quadro historiográfico atual.

Com efeito, à medida que a história deixa mais uma vez de ser identificada ao progresso, o Tempo perde seu status de organizador da experiência coletiva dos homens. A história que vinha estabelecendo um diálogo com outras áreas do conhecimento, agora desacreditada, não é mais considerada aliada pelas ciências sociais que se voltam para dentro de seus próprios campos de investigação, minimizando o valor da temporalidade nos estudos das sociedades e das culturas. Esse movimento atinge a própria História que se esfacela igualmente, apoiando-se nas ciências sociais desestorizadas. Segundo Schorske, há vinte anos a historiografia passa por uma crise de identidade, cujo sinal mais visível é a investida em objetos microscópicos que

5. Schorske, Carl E. “L’histoire et l’étude de la culture.” In: *Genèses*. Paris, n. 1, septembre, 1990.

trazem o risco de levá-la a negligenciar o binômio continuidade-mudança, um dos pilares dessa forma de conhecimento.

“Nos macrocosmes ont explosé et dans l’espace intergalactique de notre culture fragmentée nous fabriquons de microcosmes”.⁶

Esta formulação de Schorske introduz bem a questão da relação entre a história que estamos vivendo e as transformações na produção historiográfica. Nos limites desta reflexão, poderíamos pensar dois fenômenos atuais como constitutivos de um impulso geral de ruptura com totalidades, reais ou simbólicas, que vem fabricando em nossa época uma sensação de fragmentação da história. Esta é uma referência ao abalo sofrido pelos Estados Nacionais e ao declínio do socialismo enquanto prática política.

Os Estados-nacionais, embora menores que o universo dos Estados Imperiais e a referência universalizante da Igreja Católica, alargaram enormemente as realidades regionais, tornando-se a referência grupal mais importante do século XX, tanto por fatos concretos como delimitação territorial, centralização do poder, unificação da moeda e da língua, organização interna do mercado de trabalho e consumo, como por fatos simbólicos daí decorrentes, como bandeiras, hinos, monumentos, ou seja, códigos de referência que identificaram pessoas, grupos, povos.

Embora o Estado, expressão política da nação, continue absolutamente intacto, o fenômeno da mundialização, com a internacionalização da economia e da cultura, cria uma tensão entre símbolos nacionais e universais, os últimos diluindo os primeiros. Um sinal nítido desta realidade parece ser a “União Européia”, surgida da necessidade de enfrentamento, pela Europa, do avanço econômico dos Estados Unidos e Japão, sobretudo após a queda do mundo socialista que funcionava como uma espécie de anteparo àquele avanço.

O processo gradual de consolidação da “União Européia” parece estar minando importantes suportes concretos do sistema simbólico referencial. O “Tratado sobre a União Européia”, assinado em Maastricht pelos Estados⁷ membros, em fevereiro de 1992 prevê: eliminação das barreiras aduaneiras; livre circulação de mer-

6. Ibid., p. 20.

7. Há uma vastíssima produção hoje, na França, a respeito da Unificação Européia. Destaco alguns artigos:
- Mougín, Olivier. “Une Europe sans fantasmés?” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Discussion entre Delors, Jacques; Hassner, Pierre; Le Goff, Jacques; Touraine, Alain. “La communauté européenne et les chocs de l’histoire.” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Chaudron, Martine; Suaud, Charles; Tertrais Yves. “Les français, entre crainte et désir d’Europe?” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Thebaud, Paul. “L’Europe: essai d’identification?” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Diverger, Maurice. “L’Europe: balkanisée, communautaire ou dominée?” In: *Pouvoirs*. Paris, PUF, n. 57, 1991.

cadorias, pessoas, serviços e capitais; moeda única; política externa e de segurança comuns e a perspectiva de uma defesa comum; Banco-central Europeu e a instituição de uma cidadania da União.

Neste quadro, mesmo os mais sedutores símbolos vão perdendo seu poder de aglutinação e a fidelidade à nação - entendida como Estado-nacional - vai entrando para o universo das lembranças. Por outro lado, os fatos estão mostrando um processo doloroso: não há povo que passe impune por este movimento de deslocamento dos marcos referenciais. O sentimento de pertencimento está de tal modo ameaçado que, na França, o projeto de lei autorizando a ratificação do "Tratado sobre a União Européia", apresentado aos franceses em 1992, para ser submetido a plebiscito, termina com um parágrafo que contém a seguinte frase: "a França não desaparecerá ao ratificar o Tratado de União Européia".

Ao mesmo tempo que o Estado-nação perde sua hegemonia como lugar privilegiado de auto-reconhecimento dos povos, assistimos a um forte movimento, gestado no interior dos agrupamentos humanos, de resgate e reorganização de referenciais, agora mais íntimos, mais próximos das características e interesses imediatos das pessoas e grupos: os sentimentos de pertencimento hoje dizem respeito a grupos étnicos, de gênero, sexuais, etc.

Ao lado da nação moderna, a ideologia socialista parece ter sido o outro grande marco referencial de nosso século. Neste caso, a utopia e o desejo aglutinaram mais que a própria realidade política, já que esta referência grupal não se limitava às fronteiras dos Estados socialistas, mas formava uma espécie de "grande família" internacional, identificada e identificável pela doutrina mas também pela visão de mundo, vocabulário, modo de vida, concepção de História. A queda do socialismo esfacela esta totalidade de referência. A fragmentação político-cultural pela qual estão passando regiões como a antiga Jugoslávia e a ex-URSS⁸ revela o impulso de auto-reconstrução de agrupamentos anteriormente unificados pelo socialismo e a esquerda inventa causas mais íntimas para depositar seus sonhos e praticar sua militância.

Assim, o recuo das duas grandes totalidades do século XX, nação e socialismo, certamente tem um papel importante na percepção, pela historiografia, dos particularismos e raridades⁹ da experiência coletiva dos homens.

8. Sobre a ex-URSS ver: D'Encausse, Hélène Carrère. "La décomposition de l'Empire soviétique." In: *Pouvoirs*. Paris. PUF, n. 57, 1991.

9. A palavra raridade foi usada por Paul Veyne no famoso texto "Foucault revoluciona a História". Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

...talvez a última grande batalha e ao mesmo tempo a última grande fronteira seja afinal a cultura

*Nicolau Sevcenko**

Eu tenderia a pensar que a palavra representação é que é problemática. Pelo menos no sentido em que ela supõe um nexó entre algum segmento da realidade e a sua reprodução em alguma forma de linguagem. Nesse caso, é conveniente lembrar que qualquer forma de linguagem articulada é, antes de mais nada, uma criação humana, restrita a um determinado meio cultural e circunstância histórica. Por essa razão, ainda que usemos a expressão representação, porque é mais coloquial, seria o caso de ter claro na mente que ela se refere a um ato de re-apresentação, o qual, posto dessa forma, já traria consigo a implicação de que ele vem precedido de pelo menos duas outras ações que seriam o seu pressuposto. Uma, a da percepção e recorte daquele segmento específico da realidade, outra, a da sua interpretação e tradução nos termos dos códigos simbólicos e expressivos peculiares ao meio cultural ao qual pertence o agente desse ato de reapresentação.

Proseguindo nessa linha, é inevitável admitir que a própria noção de história, que existe em algumas culturas e em muitas outras não, é uma complexa construção de algumas civilizações em algum momento de sua existência social. Ela definitivamente não é um dado da realidade no sentido em que a água salgada do mar o é. Dentre os povos que mantêm essa complexa construção cultural, é habitual distinguir entre o fluxo de eventos genericamente percebido como o devir histórico e as inúmeras práticas disciplinares exigidas para a correta interpretação dos sentidos implícitos nesse fluxo. O que significa que história e historiografia necessariamente existem como instâncias distintas e correlatas do complexo sistema de significação dessa específica construção cultural. Compreender esse sistema como um ato de reapresentação de nenhuma forma elimina, portanto, a distinção entre história e historiografia.

Nem, por outro lado, compreender esse sistema como um ato de reapresentação significa que seu conteúdo é arbitrário e sua efetivação seja deliberadamente manipulatória. As normas disciplinares, regulando as condições de exercício desse ato, sendo exigentes no sentido de demandar comprovação, transparência de procedimentos e inteligibilidade de enunciação, tornam o acionamento desse sistema uma prática, no melhor dos casos, socialmente controlável e culturalmente conseqüente.

* Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

Os historiadores, nesses termos, não diferem grande coisa dos físicos, dos biólogos, dos engenheiros e dos poetas. A vantagem, por outro lado, em entender sua atividade como um procedimento de reapresentação, é que dessa forma, tanto os resultados de suas pesquisas quanto os pressupostos da sua profissão podem e devem ser vistos em termos relativos, em função dos seus compromissos e predicados pessoais e dos sistemas de valores vigentes em seu ambiente cultural.

Para mim essa aproximação cada vez maior das pesquisas históricas em relação ao âmbito da cultura aparece, sobretudo, como um enriquecimento tanto teórico como metodológico do conhecimento histórico. Essa persuasão me vem do fato de que o campo da cultura sendo uma vasta área de fusão e intercorrência de efeitos, o seu estudo só pode ser adequadamente encarado sob uma perspectiva multidisciplinar. A pesquisa histórica já é por si mesma um exercício que se fundamenta sobre um árduo esforço de síntese. Por essa sua característica, a pesquisa histórica se revela a área por excelência no interior da qual os estudos culturais podem atingir a sua mais intrincada e efetiva articulação. O que coloca sobre os ombros do historiador da cultura uma imensa demanda, no sentido de que ele se familiariza com a teoria, os métodos e o atual estágio dos conhecimentos em inúmeras disciplinas que se tornaram instrumentais e indispensáveis para a sua capacidade de problematizar e compreender os universos da cultura. Essas disciplinas incluem, por exemplo, a antropologia, a etologia, a psicologia, a semiologia, a teoria da arte em todas as suas formas. O objetivo ao se procurar abranger esse feixe de disciplinas não é apenas o de ampliar a capacidade de análise e penetração do historiador, mas acima de tudo refinar seu enfoque e aumentar a sensibilidade da sua imaginação, tornando-o passível de surpreender-se consigo mesmo e com o aparentemente banal.

Porque, afinal das contas, estudar a cultura comporta um evidente ato reflexo. Somos todos seres culturais e as categorias através das quais percebemos, organizamos os dados da nossa percepção, imaginamos, pensamos e nos exprimimos, são todas artefatos culturais. Como conseguir então um efeito de desprendimento da nossa cultura para podermos observá-la de uma perspectiva crítica? A única forma de se tentar obter esse efeito é procurar perceber a condição inelutavelmente relativa e contingente da nossa cultura, das nossas categorias, do nosso imaginário, da nossa percepção e das nossas linguagens. É um exercício difícil, é um desafio atormentante e desestabilizador para a nossa consciência. Pelo ingente esforço de síntese que é a mais peculiar característica do historiador, talvez nenhum outro especialista dentre as humanidades esteja tão predisposto para essa tarefa quanto ele. O que coloca ainda mais uma responsabilidade, e urgente, sobre seus ombros.

Numa época de intensa transformação tecnológica, em que se procuram criar meios para a libertação dos homens em relação à sua tradicional dependência das condições impostas pela natureza, dando assim origem a uma tecnosfera, um meio ambiente artificial todo criado e controlado pela espécie humana, talvez a última grande prisão e ao mesmo tempo a última fronteira seja afinal a cultura. É assim que eu tendo a entender a importância que vêm assumindo os estudos culturais por toda parte. Se não conseguirmos entender os limites postos por nossa cultura, não teremos como alterar os princípios ou avaliar criticamente o curso e intensidade assumidos por esse surto tecnológico, estando obrigados a ser tragados por ele até as últimas conseqüências, como as mariposas são tragadas pela atração irresistível da luz. Uma vez mais, acho que o papel e a função do historiador nesse sentido são cruciais. Por isso creio que o conhecimento histórico nunca foi tão relevante como agora.